



Estado de Pernambuco

LEI Nº 030/96

ELENTA: Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO - I

DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR), órgão deliberativo, opinativo e de assessoramento ao Poder Público Municipal, com as seguintes finalidades:

I - Participar do planejamento, acompanhar a execução e avaliar os resultados dos planos, programas e projetos visando o desenvolvimento do setor rural do município;

II - Opinar, propor e discutir diretrizes para as políticas de desenvolvimento do setor rural no município;

III - Estabelecer critérios e formas de compatibilização e utilização dos recursos colocados à disposição do desenvolvimento rural por instituições públicas ou privadas;

IV - Racionalizar a atuação das instituições públicas e privadas no setor rural pela conjugação de esforços e complementaridade de ações em função de objetivos comuns;



MURILLO BARBOSA
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 030/96

02.

V - Opinar, emitir parecer e assessorar, em assuntos de sua competência, por iniciativa própria ou por solicitação, o Poder Público Municipal;

VI - Zelar pelo cumprimento da legislação e normas atinentes ao setor rural e meio ambiente, sugerindo, inclusive, mudanças visando o seu aperfeiçoamento;

VII - Estabelecer a forma de articulação com outros Conselhos Municipais ou Regionais para o desenvolvimento de ações de interesse comum;

VIII - Promover a realização de estudos, pesquisas e organização de dados e informações de interesse do setor rural;

IX - Pleitear recursos necessários à implementação de planos, programas e projetos de interesse do setor rural no município;

X - Difundir na área do município, projetos e programas agrícolas oriundos das esferas Municipal, Estadual e Federal;

XI - Analisar e priorizar projetos agrícolas comunitários;

XII - Orientar, acompanhar, avaliar, deliberar e assistir, de acordo com as necessidades dos beneficiários e com as possibilidades do CFDR, agricultores e associações agrícolas do município, com vistas ao apoio à iniciativas de organização e o bom desempenho de projetos e programas que venham a gerar progresso para a área agrícola, sem tolher as autonomias individuais e das instituições e/ou organizações existentes, de âmbito Municipal, Estadual e Federal;

XIII - Praticar outras atividades de sua competência, necessárias ao desenvolvimento do setor rural no município.



MURILLO BARBOSA
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 030/96

03.

CAPÍTULO - II

DA COMPOSIÇÃO E FORMA DE ATUAÇÃO

Art. 2º - Fica definida a paridade do CDR, entre os representantes de agricultores e os representantes de outros.

I - Cinquenta por cento (50%) serão compostos por representantes de entidades públicas ou privadas. Os outros cinquenta por cento (50%) serão compostos por representantes de Organização de Agricultores familiares.

II - Sendo que as vagas dos representantes de entidades públicas ou privadas serão substituídas quando cessarem os motivos de sua representação.

III - O conselho será dirigido por uma Comissão Executiva composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos a cada dois(02) anos por seus membros, por maioria absoluta de votos.

§ 1º - Será livre o ingresso das entidades citadas no inciso anterior, desde que não firam o princípio da paridade.

§ 2º - As comunidades de produtores rurais que queiram participar do CDR deverão eleger seus representantes e ficar cientes de que será dada prioridade a entidades associativas de caráter produtivo ou congêneres, a exemplo de Cooperativas Rurais.

§ 3º - Cada instituição ou organismo integrante do conselho indicará, formalmente, um membro titular e um suplente.

§ 4º - Os representantes dos usuários serão indicados por suas respectivas associações, tendo como critério seletivo o da antiguidade de constituição, não podendo esse período de constituição ser inferior a seis (06)



MURILLO BARBOSA
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 030/96

04.

meses de registro e publicação no Cadastro Geral do Contribuinte no Ministério da Fazenda.

§ 5º - Para cada membro efetivo haverá um suplente, que no caso dos usuários poderão pertencer a associações diversas, com direito a voto somente na ausência do titular.

§ 6º - Todos os membros serão nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal, mediante portaria, por indicação das suas respectivas entidades.

Art. 3º - As reuniões do CMDR poderão ser abertas ao público que terá direito apenas a voz.

Art. 4º - As reuniões serão o único instrumento de deliberações do CMDR, realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou por no mínimo a maioria simples dos seus membros.

Parágrafo Único - Entende-se por maioria simples o percentual de cinquenta por cento (50%) mais um do número de conselheiros titulares.

Art. 5º - As deliberações só poderão ser tomadas pela maioria dos conselheiros titulares presentes e maioria dos seus membros.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Agricultura prestará apoio técnico necessário ao bom funcionamento do CMDR, e, na medida do possível, o apoio logístico, podendo para tanto convidar entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal, bem como entidades privadas a fim de lhe prestar o devido e necessário apoio.

Parágrafo Único - O prestador de apoio técnico quando participar das reuniões do CMDR terá direito apenas a voz, em forma de orientação e/ou sugestão aos conselheiros.



MURILLO BARBOSA
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 030/96

05.

Art. 7º - O CMDR elaborará o seu regimento in terno, no período máximo de sessenta (60) dias da data de promulgação desta Lei, obedecendo-lhe princípios fundamentais quanto aos objetivos, composição, atribuições e funcionamento.

Art. 8º - A presente Lei não gerará em nenhuma hipótese para os membros do CMDR vínculo ou emprego público, sendo os serviços prestados pelos seus membros de relevante utilidade pública.

Art. 9º - O CMDR será constituído por represen-
tantes das seguintes instituições ou organismos:

- a) Secretaria Mul. de Agricultura Indústria e Comércio;
- b) Secretaria Mul. de Governo;
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim;
- d) Cooperativa Agropecuária de Surubim;
- e) EMATER/PE;
- f) Câmara Municipal de Surubim;
- g) Igreja Matriz de São Sebastião;
- h) Federação das Associações de Bairros de Surubim.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal está autorizado a tomar todas as medidas para a execução desta Lei, bem como dar suporte administrativo, técnico e financeiro para o CMDR bem desempenhar as suas atribuições.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim,
em 14 de agosto de 1996.

L. J. F.
MURILO JORGE FARIAS BARBOSA
- Prefeito -

